

MEMÓRIAS DA ENCHENTE DE 1974 E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM TUBARÃO (SC)

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de ^{a*}

(a) Dr^a. em Antropologia Social. Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-0118-2486>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3938314040854246>

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UNESC, Avenida Universitária, 1105, Bloco P, Sala 13, Bairro Universitário, CEP: 88806-000, Criciúma (SC), Brasil. Tel: (+55 48) 3431-2595
E-mail: vivianekraieski@gmail.com

RESUMO

A enchente de 1974 desalojou 60 mil dos 70 mil habitantes do município de Tubarão (SC) e provocou a morte de dezenas de pessoas. A cidade mantém a memória da enchente por meio de diversas iniciativas, intensificadas no início do século XXI. Partindo da perspectiva de que as investigações sobre desastres devem considerar não apenas sua contingência, como também incluir estudos pós-catástrofe, realizou-se uma pesquisa documental sobre estas iniciativas de manter a memória da enchente. O objetivo foi compreender estas ações como políticas de memória e investigar suas relações com a produção social do espaço urbano, por meio da análise dos monumentos na cidade e da adoção de medidas como a instituição do dia municipal de memória da catástrofe. A pesquisa demonstra que a construção de monumentos e outras referências à enchente apresenta estreita relação com momentos e personagens políticos do município, e conclui que as políticas de memória são elementos-chaves à construção da história e identidade urbana e legitimação de novas ações políticas.

Palavras-chave: Enchente; Memória; Produção social do espaço; Monumentos.

ABSTRACT / RESUMEN

MEMORIES OF THE FLOOD OF 1974 AND THE PRODUCTION OF SPACE IN TUBARÃO (SC)

The flood of 1974 displaced 60,000 of the 70,000 inhabitants and caused the deaths of dozens of people of the municipality of Tubarão (SC). The city has kept the memory of the flood through several initiatives, which have intensified in the early 21st century. From the perspective that disaster investigations should take into account not only their contingency, but also post-catastrophe studies, a document research about the politics of memory of the flood of 1974 was carried out. The research aim at understanding these actions as politics of memory and investigating their relation with the social production of urban space through analysis of the monuments in the city and the adoption of other measures, such as the institution of the day of remembrance of the catastrophe. The research demonstrates that these monuments and references to the flood present close relation to moments and political personages of the city, and concludes that these policies are key elements for the construction of the urban history and identity and legitimation of new political actions.

Keywords: Flood; Memory; Social production of space; Monuments.

MEMORIAS DE LA LLENA DE 1974 Y PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN TUBARÃO (SC)

La inundación de 1974 desalojó 60 mil de los 70 mil habitantes del municipio de Tubarão (SC) y provocó la muerte de decenas de personas. La ciudad mantiene la memoria de la inundación por medio de diversas iniciativas, que se intensificaron a principios del siglo XXI. Partiendo de la perspectiva de que las investigaciones sobre desastres deben considerar no sólo su contingencia, como también incluir estudios post-catástrofe, se realizó una investigación documental sobre las iniciativas de mantener la memoria de la inundación. El objetivo de la investigación es comprender estas acciones como políticas de memoria y investigar sus relaciones con la producción social del espacio urbano por medio del análisis del proceso de construcción de monumentos en la ciudad y de la adopción de otras medidas, como la institución del día de memoria de la catástrofe. La investigación demuestra que los monumentos y otras referencias a la inundación presentan relación con momentos y personajes políticos de la ciudad y concluye que las políticas de memoria son elementos claves para la construcción de la historia y identidad urbana y la legitimación de nuevas acciones políticas.

Palabras clave: Inundación; Memoria; Producción social del espacio; Monumentos.

Article history:

Received 10 November, 2017
Accepted 21 December, 2018
Publisher 20 January, 2018

INTRODUÇÃO

O historiador ambiental Christof Mauch, na introdução do livro *Natural Disasters, Cultural Responses*, organizado por ele e pelo também historiador Cristian Pfister, afirma que a memória de um desastre natural tende a ter curta duração, ao contrário das memórias de guerra, que perdurariam por um longo período. No caso das enchentes, quando as águas retornam aos níveis normais, o desastre deixaria de ser notícia nos meios de comunicação, o que contribuiria para seu esquecimento. Ainda de acordo com o autor, as lembranças de uma guerra, diferentemente das memórias de um desastre natural, são mantidas pela existência de organizações, com as de veteranos de guerra, e haveria a construção de memoriais em homenagem às vítimas no mundo (MAUCH, 2009).

No caso da enchente ocorrida no ano de 1974, no município de Tubarão, localizado no sul do Estado de Santa Catarina, estas conclusões de Mauch não podem ser confirmadas. As memórias da enchente continuam presentes nos relatos dos moradores – tanto daqueles que vivenciaram o desastre, quanto dos sujeitos que não viviam na cidade durante a enchente, ou que nasceram nos anos seguintes. A cidade mantém a memória da enchente por meio de diversas iniciativas, que vem ocorrendo desde o início da década de 1980, mas se intensificaram no início do século XXI.

Ainda que um desastre seja geralmente percebido pelos sujeitos como eventos temporalmente limitados (VIGH, 2008), alguns estudiosos, como Oliver-Smith (1999), consideram a importância de analisá-lo como um processo. Nesse sentido, as pesquisas sobre desastres devem levar em consideração não apenas sua contingência, como também devem incluir estudos pós-catástrofe (OLIVER-SMITH, 1999; SMITH, 2012). Ullberg (2016) afirma que o pós-catástrofe constitui um processo cultural e político que confere uma interpretação a um evento crítico do passado, e que se desenrola no tempo e no espaço. Este processo pode ser considerado como sendo a memória (ULLBERG, 2016).

Seguindo esta perspectiva, foi realizada uma pesquisa documental com o objetivo de identificar as políticas de memória da enchente de 1974 e analisar suas relações com a construção social do espaço do município de Tubarão. Essas políticas de memória podem abranger uma série de práticas e ações desenvolvidas por atores e instituições sociais, que buscam a construção e manutenção da memória do desastre. A memória constitui um processo dinâmico e seletivo sobre o que deve ser lembrado ou esquecido (WOORTMANN, 2000), e sua continuidade também pode abranger ressignificações do evento e de suas consequências. Nesse sentido, as políticas de memória podem envolver diferentes intenções e interesses, por vezes, divergentes, de acordo com a perspectiva dos atores e instituições sociais envolvidas.

Entende-se que lembranças da enchente estão integradas espacialmente nas paisagens que servem como evocativos, e desempenham um papel central na construção dos lugares. Desse modo, a memória encontra-se integrada no espaço de forma materializada ou objetivável, e é invocada por meio de coisas e objetos que possuem um papel simbólico (ULLBERG, 2016). Neste artigo, são apresentadas análises sobre o processo de construção de monumentos e outras referências à enchente de 1974 desde a década de 1980 em Tubarão, como a instituição do Dia Municipal da Memória da Catástrofe. Trata-se de iniciativas de grupos políticos e instituições do município de produzir e manter a memória do desastre. Estas ações estão articuladas a um processo de construção da história e da identidade urbana, que são utilizadas para legitimar novas ações políticas no município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A memória constitui o fundamento metodológico desta pesquisa, sendo aqui considerada em seu caráter coletivo e social: “Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 54). A memória representa

mais do que uma recordação, pois é também uma ação, que pode contribuir para a transformação da vida de indivíduos e grupos sociais (BOSI, 1998).

A memória não se limita às lembranças do que foi vivido no passado. Nas palavras de Woortmann (2000, p. 213), “a memória opera no sentido de “trabalhar” o passado para forjar o presente e construir o futuro, e isto pode ser feito tanto pela rememoração como pelo esquecimento”. Assim, tanto o dito como o não dito são fundamentais nesta construção do presente e do futuro. A memória atua de modo seletivo, pois torna presente determinados eventos (ou fragmentos de eventos) em detrimento de outros, aos quais podem ser atribuídos diferentes significados de acordo com o tempo e o espaço (WOORTMANN, 2000).

A fim de obter dados sobre a construção de monumentos e outras iniciativas criadas para produzir a memória da enchente, a pesquisa utilizou fontes documentais. Foram analisadas notícias sobre a enchente de 1974 e as obras realizadas para prevenir novas enchentes em Tubarão, publicadas no período entre 1974 e 1983 nos jornais locais *Tribuna Sulina*, *Nosso Jornal*, *Jornal da Cidade*, *Imprensa do Sul*, *Folha da Semana* e *Jornal do Sul*, nos jornais de circulação no Estado de Santa Catarina *A Gazeta*, *O Estado*, *Diário Catarinense*, *Jornal de Santa Catarina*, além do *Correio do Povo* (de Porto Alegre) e das revistas de circulação nacional *Veja* e *Fatos e Fotos*. Parte destas fontes foi encontrada em coletâneas de recortes de notícias sobre a enchente produzidas pelo Arquivo Histórico Municipal de Tubarão, que se encontram disponíveis para consulta no local.

Também fizeram parte do corpus da pesquisa notícias sobre os mesmos temas publicadas nos jornais locais *Diário do Sul*, *Sul In Foco* e *NotiSul*, de 2004 a 2015. Os recortes temporais – 1974-1983 e 2004-2015 – foram estabelecidos por serem os períodos relativos às obras de dragagem e retificação do Rio do Tubarão, inauguração de monumentos e outras iniciativas previamente identificadas pela pesquisa. Foi realizada ainda uma pesquisa bibliográfica, por meio da consulta em obras escritas sobre a história do município e memórias da enchente de 1974, como Albeirice (1981), Cargnin (2000), Feuerschuette (2004), Machado (2005) e Vettoretti (1992).

Ao se valer de jornais e revistas impressos como fontes de conhecimento histórico, pondera-se que a atuação destes veículos não ocorre de forma imparcial, pois está imersa no campo político-ideológico. Deste modo, estes meios não apenas realizam registros neutros de eventos, como também “filtram” e organizam estes acontecimentos, denotando intencionalidades (ZICMAN, 1985). Seu uso nesta pesquisa não está, portanto, associado a atestar fatos “verídicos”, mas objetiva recuperar registros sobre a construção de monumentos e as formas como estes foram significados, sem considerar estes discursos como únicos ou homogêneos.

ENCHENTE DE 1974

A enchente de 1974 foi amplamente noticiada pela imprensa local e nacional. No Arquivo Público Histórico do município de Tubarão, é possível encontrar notícias do desastre compiladas em cadernos, que constituíram fontes desta pesquisa. Foram publicados, ainda, pelo menos, cinco livros sobre a enchente, tanto sobre memórias, quanto sobre estudos realizados a partir de diferentes perspectivas, além de trabalhos acadêmicos.

De acordo com estas fontes, a enchente de 1974 não fora a primeira enchente que atingiu no município de Tubarão. A imprensa local registrara enchentes ocasionadas pelo transbordamento do rio Tubarão desde a fundação do município no século XIX. Freitas (2001, p. 12), referindo-se a uma enchente ocorrida em 1887, afirma que “os habitantes da cidade já estavam habituados a assistirem enchentes e sabiam que as águas não ultrapassariam um determinado nível”. Perspectiva semelhante é apresentada pelo historiador Amadio Vettoretti (1992, p. 225), que conclui que os moradores “havia perdido a memória das enchentes anteriores, porque, nas últimas décadas, elas aconteciam somente nos campos”.

Freitas (2001) afirma que, nas três décadas anteriores à enchente de 1974, as inundações ocorriam com frequência e em qualquer época do ano, devido às chuvas, e atingiam principalmente a produção agrícola. Devido à restrição a estas áreas rurais, havia um desconhecimento destas cheias por parte da população, o que explicaria o fato de muitas pessoas considerar a enchente de 1974 “como fenômeno, algo inédito, e para alguns, até um castigo”. (VETTORETTI, 1992, p. 224).

Atingindo predominantemente estas áreas mais afastadas do centro de Tubarão, as enchentes ocorridas antes do ano de 1974 não impediram que a ocupação da cidade avançasse para as áreas próximas ao rio que corta o município. O rio Tubarão atravessa o centro da cidade (Figura 1), onde está localizada a maior parte dos estabelecimentos comerciais do município, e é área de moradia economicamente bastante valorizada pelo mercado imobiliário.



Figura 1 – Vista aérea do município de Tubarão

Fonte: Google Earth, 2016

Em 1974, as chuvas intensas na sexta-feira, dia 22 de março, e no sábado, 23 de março, já haviam alagado regiões mais baixas do município, que já se encontravam em estado de alerta. Segundo autores, a enchente teria sido causada por uma combinação de diversos fatores: período prolongado de chuvas desde o início do mês de março do mesmo ano, que levava ao encharcamento do solo, aliado às chuvas e aos ventos vindos do litoral, fenômeno popularmente conhecido como “lestada”, que provocara o represamento das águas do rio na Serra Geral. O assoreamento do rio e a maré sizígia, no mesmo período, também teriam dificultado o escoamento da água para o mar (VETTORETTI, 1992; CARGNIN, 2000) (ASSUNÇÃO, 2014, p. 197).

O Comando Militar da Comunidade de Tubarão (CMCT) proibira a emissora de rádio de Tubarão de transmitir as primeiras informações sobre as cheias, que foram inicialmente atingindo as regiões mais baixas e periféricas do município, para que não houvesse pânico. De acordo com nota emitida pelo CMCT no período, todas as notícias deveriam ser previamente liberadas pelo

comando militar, e recomendava que o intervalo da programação fosse preenchido com “músicas leves” (CARGNIN, 2000). Algumas fontes atribuem as mortes à falta de informação dos moradores, que não estavam cientes da gravidade da situação.

Após as águas baixarem, houve intervenção militar no município, com a criação do Comando Militar da Guarnição de Tubarão, sob o comando do Major Varella. A enchente levou muitos moradores a se abrigarem nos telhados das casas ou em prédios vizinhos. Houve também o deslizamento de encostas de morros, como o Morro do Caruru, que teria provocado 25 mortes – número que, segundo relatos atingidos de moradores pela enchente, seria muito superior. O resgate e o envio de comida foram feitos por helicóptero e barcos do Corpo de Bombeiros. A destruição causada pela forte correnteza foi documentada pela imprensa, que chegou a retratar Tubarão como “a cidade que morreu afogada”¹ e que “parecia riscada do mapa”.² Notícias e relatos de moradores narram a destruição de casas, ruas, trilhos ferroviários e a interrupção do abastecimento de energia elétrica e dos serviços telefônicos. O número de mortos ainda é objeto de questionamentos.

Segundo dados oficiais, a enchente de 1974 causou a morte de 199 pessoas e desalojou 60 mil dos 70 mil habitantes da cidade de Tubarão na época. O número de mortos, no entanto, é contestado pelos moradores que vivenciaram a enchente. A imprensa noticiara, durante a inundação, que a estimativa do número de mortos chegaria aos milhares. Alguns moradores afirmam a existência de valas comuns para enterrar corpos e o grande número de desaparecidos. (ASSUNÇÃO, 2014, p. 197-198)

Estas informações também podem ser encontradas em reportagens publicadas pela imprensa na época, como neste trecho de uma reportagem publicada na revista *Veja*, de 03 de abril de 1974: “Os mortos eram enterrados rapidamente em valas comuns e o mau cheiro espalhava no ar o pânico das epidemias. Os cadáveres não eram mais identificados e crescia a certeza de que as vítimas poderiam ser mais de mil, até mesmo 4000 ou 5000”.³ A existência de apenas uma vala comum, aberta aos fundos do cemitério central da cidade, foi documentada por reportagens veiculadas nos jornais impressos da época. Feurschuette, prefeito de Tubarão à época da enchente, também admitiu, em seu livro sobre o desastre, que chegaram ao “absurdo de anunciar 8.000 mortes” (2004, p. 47). Também foi noticiado frequentemente na imprensa após a enchente que parte da população estava saindo da cidade, o que motivou apelos feitos em diversos jornais para que os moradores permanecessem no município.

AS INTER-RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E MEMÓRIA

Como propõe Ullberg (2016, p. 25-26), os memoriais criados para lembrar grandes atrocidades parecem ser um gênero da modernidade, pois são encontrados em todo o mundo, como o Memorial do Holocausto em Berlim, o Peace Memorial Museum em Hiroshima, o memorial construído no chamado Marco Zero, em homenagem às vítimas do atentado terrorista que derrubou o World Trade Center, em Nova York, entre outros. De forma semelhante, memoriais são construídos em lembrança a catástrofes naturais, como o Tsunami Museum em Aceh, o Indian Ocean Tsunami Memorial em Londres, e os memoriais às vítimas do Katrina em Nova Orleans. Lugares oficiais e não oficiais coexistem, a exemplo dos que foram criados em memória ao incêndio ocorrido em uma discoteca em Buenos Aires no ano de 2004. Sobreviventes e famílias das vítimas criaram um santuário com obras de arte e imagens simbólicas, enquanto o governo local construiu, ao lado,

(1) A cidade que morreu afogada. O Cruzeiro, 17 abr. 1974, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(2) Tubarão depois da catástrofe. Correio do Povo, Porto Alegre, 21 mar. 1976, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(3) Fome, Morte e Destruição. *Veja*, 03 abr. 1974, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

a Praça da Memória em homenagem às vítimas. Para compreender e problematizar a construção desses lugares, e posteriormente analisar os monumentos e outras iniciativas referentes às memórias da enchente de 1974 em Tubarão, propõe-se inicialmente analisar a relação entre memória e a construção social do espaço.

De acordo com Ullberg (2016, p. 19), alguns autores diferenciam três modos coexistentes de funcionamento da memória. A evocação seria equivalente ao que Aristóteles denomina “mneme”, que seria a memória que surgiria sem esforço, por meio de experiências vividas e lembranças de lugares e pessoas. Já a noção aristotélica “anamnesis”, ou amnésia, refere-se a algo que será esquecido caso não seja empreendido esforço ou se tenha vontade que seja lembrado. A amnésia pode ser relacionada a duas formas: comemoração e reminiscência. Esta última refere-se ao esforço de se lembrar de algo, como o que pode ocorrer, por exemplo, durante uma conversa. Já a comemoração exigiria uma lembrança ritual, geralmente realizada em um espaço público, como as atividades que ocorrem em decorrência da instituição do Dia Municipal de Memória da Catástrofe de 1974, no município de Tubarão, que será descrito adiante.

Utilizando as concepções de Geertz, Ullberg (2016) destaca que existem dimensões espaciais de e para a memória. Enquanto as dimensões para a memória indicam modelos de comportamento, as dimensões de memória fornecem a representação simbólica para estes modelos.

Nesse sentido, compreende-se o espaço como um conjunto de conteúdos e formas, ou objetos e ações, como concebido por Milton Santos (1997), que define sua existência a partir de seus usos e significados, ou seja, de suas dimensões materiais e sociais. Também adotando uma perspectiva multidimensional, Lefebvre (1972) define que o espaço é formado por três dimensões, o percebido, o concebido e o vivido, que participam da lógica de produção social do espaço e estão associadas às representações. Deste modo, ao estudar a história de um espaço, deve-se também considerar a história de suas representações, assim como seu vínculo com a prática e a ideologia.

Os monumentos relacionados à enchente podem ser considerados “lugares de memória”, conceito criado pelo historiador francês Pierre Nora. O autor problematiza a crescente criação desses lugares, afirmando que eles se originam da percepção de que é preciso criar arquivos, pois a sobrevivência da memória espontânea estaria sendo ameaçada pela aceleração da história, decorrente dos processos de mundialização, midiaticização e massificação. Nas palavras de Nora, “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (1993, p. 13). Os lugares de memória possuem necessariamente três sentidos, em diferentes gradações: material, funcional e simbólico (NORA, 1993).

Para Pollak (1989), há uma operação coletiva que opera no sentido de transformar fatos sociais em “coisas”. Portanto, deve-se analisar “como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 3-15). A memória forneceria referências que remetem ao passado, atuando na manutenção da coesão de grupos e instituições sociais de uma dada sociedade. Neste “enquadramento” da memória, colaborariam sujeitos legitimados por instituições ou por seus pares como guardiães dessas lembranças. Aqui, pode-se fazer uma relação com a constituição do Arquivo Histórico de Tubarão em 1990, onde podem ser encontrados periódicos, imagens e outros documentos relativos à enchente de 1974 e a outros acontecimentos do município de Tubarão. Essa coesão do grupo a partir de um referencial do passado também contribui para a construção de um processo identitário. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo” (POLLAK, 1989, p. 13-15). Deste modo, os lugares de memória constituem “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo” (NORA, 1993, p. 13).

No município de Tubarão, pode-se afirmar que foram construídos diversos lugares de memória da enchente de 1974. A maioria desses espaços aqui citados são monumentos. Estes articulam as dimensões espaço e tempo, pois “oferecem a possibilidade de referência espacial, através da percepção, e temporal, pela via da memória” (FREIRE, 1997, p. 41). Essa referência do monumento à memória está na etimologia da palavra, originada do verbo latino *monere*, que significa fazer

lembrar (FREIRE, 1997). Nesse sentido, pode-se afirmar que os monumentos participam da “teatralização” dos valores sociais ao atuar na manutenção da memória coletiva para além da finitude da temporalidade da vida cotidiana (JEUDY, 1990, p. 10).

Estes monumentos são, em sua maioria, patrocinados pelo Estado. Mais do que objetos com funções estéticas, possuem significados políticos intencionais (CORRÊA, 2005). Podem ainda ser considerados como mecanismos regulatórios dos sentidos de um evento passado (ROWNTREE; CONLEY, 1980), e, por seu conteúdo ideológico, modelam o imaginário social (PEET, 1996). No entanto, é preciso pontuar que os monumentos, como as imagens, podem ser “lidos” de diferentes formas pelos atores sociais, gerando interpretações diversas e divergentes (DANIELS; COSGROVE, 1993).

A seguir, são apresentados monumentos e outros lugares de memória da enchente de 1974 no município de Tubarão, buscando compreender seus processos de construção e de que forma contribuem para a produção social do espaço.

MARCAS E MONUMENTOS DA ENCHENTE

Atualmente, no município de Tubarão, há, pelo menos, dois registros do nível atingido pelas águas da enchente de 1974, ambos marcados por placas contendo a indicação. Um deles encontra-se em frente da Ótica Zumblick, de propriedade de uma família tradicional do município. Willy Zumblick, proprietário do estabelecimento, foi um artista plástico reconhecido do Estado de Santa Catarina. Ele e seu irmão, Walter Zumblick, ocuparam cargos políticos no município. Entre as centenas de telas de pintura a óleo que produziu ao longo de seus 94 anos de vida, Willy dedicou duas às lembranças da enchente, produzidas no ano do desastre. A obra *Retirantes da Enchente* retrata os sujeitos carregando seus pertences, saindo da cidade durante o desastre. A outra, intitulada *Flagelados da Enchente*, traz sujeitos em meio às águas, buscando socorro, e a imagem de um helicóptero, que fora utilizado para levar mantimentos e resgatar pessoas.

O outro registro das marcas do nível atingido pela enchente encontra-se na parede da bomba d'água dos galpões que pertenciam a uma empresa de fumo no município. Atualmente, no mesmo local, foi construído o único shopping center da cidade, que manteve a placa, próximo ao portão dos fundos.

Esses registros das marcas da enchente apresentam ocorrências em outros contextos, apresentando-se como possibilidades de comparação entre os eventos subsequentes. Pfister (2011) sugere que estas marcas não possuem apenas um propósito comunicativo. Elas também podem ser lidas como expressões visuais de uma memória do risco, que sugerem as probabilidades de perda em caso de uma nova ocorrência, ou ainda um alerta para o futuro.

TORRE DA GRATIDÃO

A Torre da Gratidão (Figura 2), inaugurada em 1983, foi construída ao lado da Catedral do município, como forma de agradecimento pelas doações recebidas pela cidade após a enchente. A Catedral encontra-se em uma região mais alta da cidade, popularmente conhecida como “Morro da Catedral”, e, durante a enchente, serviu de abrigo para centenas de atingidos. O pátio da igreja também fora utilizado como pista de pouso para o helicóptero que realizou entrega de alimentos e socorro às vítimas.

No jornal *O Estado*, 23 de março de 1975, que traz uma edição especial intitulada *Tubarão*, um ano depois, consta a informação de que a cidade pretendia construir um monumento em homenagem “aos mortos e benfeitores da enchente”. A iniciativa era de Willy Zumblick, então secretário de Turismo do município, que pretendia que a obra fosse “muito simples, sem requintes, próprio de uma cidade convalescente”. Ainda de acordo com a notícia, as opiniões na cidade na época se

dividiam: alguns apoiavam, por considerá-la válida, “mas desnecessária, para o caso de ser posta em prática de imediato”. Já outros “acham a ideia, além de válida, absolutamente necessária, ‘pois as vítimas da enchente devem ser lembradas’”.⁴ Uma notícia publicada em um jornal local no ano de 1982 informa que as paredes laterais do campanário trazem painéis do artista Willy Zumblick que, além de uma representação religiosa, trazem imagens “relembrando cenas da enchente e dos socorros efetuados”.⁵

Em uma das laterais do campanário (Figura 3), há placas que informam os atores responsáveis pelo planejamento, financiamento e execução da obra, que incluem a Igreja Católica, empresários do município, além dos governos estadual e municipal. A placa central traz os seguintes dizeres: “RECONSTRUIR É VIVER. O povo da cidade de Tubarão, S.C., Flagelado pela Catástrofe da Enchente de Março de 1974, AGRADECE as manifestações de apoio, donativos e prestações de serviços, recebidos de toda a gente e de toda a parte. Ass. Os Tubaronenses.”



Figura 2 – Torre da Gratidão (vista frontal e lateral)

Fonte: autor

Nestes dizeres, é importante destacar que, além do agradecimento àqueles que realizaram doações e serviços às vítimas da enchente, a ênfase é dada à frase “Reconstruir é viver”, que fora um dos slogans utilizado em cartazes distribuídos pelo município após a enchente como forma de motivar a população para a recuperação da cidade (VETTORETTI, 1992).

A palavra “flagelado”, também presente na placa e frequentemente utilizada pela imprensa da época para retratar os atingidos pelo desastre, denota o sentido do sofrimento e das precárias condições de vida. Lopes (2015, p. 123) analisa que o sentido dado à palavra flagelado foi se modificando no período pós-enchente: diferentemente do indivíduo do meio rural, retratado como “afetado”, “o flagelado não era o indivíduo que recebia o flagelo, o sofrimento, mas, sim, aquele que poderia receber o auxílio vindo de todas as partes do país e organizado pelas classes dirigentes”. O pesquisador observa também que a palavra flagelado, assim como êxodo, solidariedade e reconstrução, foram bastante utilizadas pela imprensa na época, que esteve engajada na campanha de arrecadação de donativos (LOPES, 2015, p. 123).

(4) Tubarão, um ano depois. O Estado, Florianópolis, 23 mar. 1975, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(5) Torre da Catedral fica concluída em outubro. Jornal da Cidade, Tubarão, 23 jul. 1982. p. 05

No monumento, este sentido está atrelado às imagens bíblicas cristãs, cujas representações estão presentes nos painéis que constam acima das placas informativas.

MONUMENTALIZAÇÃO DA DRAGA FLUTUANTE

O livro que narra a história da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Tubarão informa que, em 1978, a associação recebeu uma carta do então deputado federal Adhemar Guisi avisando sobre a promulgação, pela Presidência da República, o decreto número 81.611, de 23 de junho, que autorizava a desapropriação de 27 milhões de metros quadrados de área nos municípios de Tubarão e Laguna para as obras de retificação e alargamento do Rio Tubarão. Entendia-se que o traçado sinuoso do rio teria contribuído para a enchente, ocasionando a retenção de água em algumas localidades (CDL, 2016).

A obra de dragagem e retificação foi concluída em 1983 pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), órgão vinculado ao Ministério do Interior, extinto em 1990, no início do governo de Fernando Collor. O DNOS projetara, em 1978, um plano de prevenção de cheias do rio Tubarão. Além da dragagem e retificação do rio, que foram realizadas, também estava prevista a construção de três barragens para contenção de cheias, que nunca foram construídas. As três barragens teriam um custo dez vezes maior que a retificação. Esta teria aumentado a vazão do Rio Tubarão de 400 metros cúbicos por segundo para 2100 metros cúbicos por segundo, o que teria diminuído o risco de uma nova “inundação catastrófica” em 60%.⁶

Ao fim da dragagem e retificação do rio Tubarão, parte de uma das dragas flutuantes usadas nas obras foi pintada e colocada na Praça Orlando Francalacci, que fica às margens do rio, no centro da cidade (Figura 3). A inauguração das obras foi realizada no município com a presença do então Ministro do Interior, Mário Andreazza, além do governador, do candidato a governador, do Diretor Geral do DNOS e do Diretor do DNOS de Santa Catarina. No mesmo dia, fora realizado comício do PDS (Partido Democrático Social).⁷



Figura 3 – Draga flutuante

Fonte: autor

(6) DNOS repassa recursos a onze prefeituras do Sul. Jornal da Cidade, Tubarão, 02 jul. 1982.

(7) Andreazza e Córdova inauguram obras de dragagem. Jornal da Cidade, Tubarão, 15 out. 1982.

A inauguração ocorreu em um momento estratégico para a política local, um mês antes das eleições para a prefeitura municipal e governo estadual. As eleições diretas marcavam a reabertura política durante o governo do presidente João Figueiredo. No município de Tubarão, dez candidatos disputaram a prefeitura, mas a eleição foi polarizada entre o candidato do PDS, que sucedia o ARENA, partido político que apoiava o regime militar, e o candidato do PMDB, que representava a oposição ao regime.

Durante a cerimônia de inauguração, Andreazza declarou que “o desempenho e continuidade dessa obra depende da vitória do PDS, a vitória que o Presidente Figueiredo necessita para manter o processo político atual”. De acordo com o então prefeito de Tubarão da época, a obra “tira uma preocupação do tubaronense com outras enchentes”.⁸ Reportagem do jornal Tribuna Sulina afirma que a obra elimina “de vez o fantasma da enchente, inclusive de lamentável memória”.⁹ A eleição, realizada em 15 de novembro do mesmo ano, foi vencida pelo candidato da oposição. Vettoretti (1992, p. 107) caracteriza esta eleição como histórica, “porque foi a primeira vez que a oposição, propriamente dita, vencia em Tubarão”.

MONUMENTO EM HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS

Na Praça Orlando Francalacci, localizada no centro da cidade, em rememoração aos 30 anos do desastre, foi levantado um monumento “Às Vítimas da Enchente de 74” (Figura 4). A flor de pedra traz seus brotos e simboliza o renascimento da cidade após a catástrofe. A placa indica que a enchente de 1974 foi a “catástrofe mais terrível já registrada na história nacional”. As vítimas “são lembradas como símbolos da luta dos cidadãos catarinenses, que, com sua garra souberam demonstrar a união do povo, transformando a dor em forças capazes de reconstruir o município e solidificar as bases de uma nação justa e igualitária”.

A inauguração do monumento ocorreu durante o evento “Cheias de 74, Tubarão, 30 anos depois!”. De acordo com notícias de jornais,¹⁰ o objetivo do evento é apresentar para as novas gerações o que a cidade viveu naqueles dias, assim como as causas, os efeitos e as transformações ocorridas no município a partir da enchente, impedindo que ocorra um novo desastre. Além da inauguração do monumento, houve o lançamento de um livro sobre o desastre de autoria do então prefeito de Tubarão na época da enchente, e a entrega da Comenda da Gratidão ao prefeito, ao deputado federal e ao governador e senador de Santa Catarina no período da enchente, além do então diretor do DNOS.

No Centro Municipal de Cultural de Tubarão, que também abriga o Museu Willy Zumblick, encontra-se uma exposição permanente de fotografias registradas durante a enchente de 1974 pelo fotógrafo Ingo Penz. O acervo foi adquirido pela prefeitura municipal em 2004, quando a enchente completou 30 anos. Também foi assinada pelo prefeito uma ordem de serviço para erguer e realizar a curvatura da Ponte Manoel Cascaes, no bairro Morrotes, que possui a estrutura reta, propiciando o represamento das águas do rio.

(8) Andreazza inaugura dragagem e pede voto para o PDS. Jornal da Cidade, Tubarão, 22 out. 1982.

(9) Trabalhos do rio serão inaugurados. Tribuna Sulina, Tubarão, 16 out 1982.

(10) Comissão organiza evento sobre 1974. Diário do Sul, Tubarão, 11 mar. 2004, p. 03. Enchente será lembrada. Diário do Sul, Tubarão, 09 mar. 2004. Comenda da Gratidão é entregue. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2004, p. 02. TB: chances reais de enchente. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2004, p. 03.



Figura 4 – Monumento em homenagem às vítimas

Fonte: autor

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIA DA MEMÓRIA

No ano de 2009, foi instituído o Dia Municipal de Memória da Catástrofe de 1974 - Lei nº 3.289, de 12 de maio de 2009. Além de determinar o dia 24 de março como dia de memória à enchente, também prevê que ocorra, nessa data, a “intensificação da mobilização para a prevenção e reações eficientes a outros possíveis desastres naturais”. A lei define desastres naturais como “as inundações, vendavais e ou intempéries”. Ainda de acordo com a redação da lei, o poder público municipal deverá promover, por meio da Defesa Civil, “condições para que todos os tubaronenses participem de eventos e estudos, com o objetivo de relembrar a tragédia de 1974 e de revisar o que está sendo feito pelo Poder Público e pelos cidadãos com o objetivo de minimizar os efeitos de um possível desastre natural” (TUBARÃO, 2009).

A lei prevê ainda que, no dia 24 de março, às 15 horas, os sinos toquem de forma compassada, e que as pessoas interrompam suas atividades por um minuto. Também institui a obrigatoriedade de promover nas escolas públicas e privadas do município, em todos os níveis de ensino, “atos que lembrem à catástrofe de 1974 e formas de prevenção e reação eficiente a outros possíveis desastres naturais”. As igrejas, “independente do credo religioso”, também são estimuladas a promoverem reflexões sobre a temática nesse dia (TUBARÃO, 2009).

Essas datas instituídas para rememorar um evento aponta para uma problematização da relação espaço-tempo, como apresenta Theis (1999). Conforme o autor, essas rememorações “retiram” o acontecimento do passado, projetando a contemporaneidade, e, dessa forma, promovem um questionamento sobre o tempo e a distância. Nas palavras de Silva (2002), “a comemoração tem por objetivo demonstrar, [...], que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir”.

De forma semelhante, Jelin (2002) expõe que os atos de comemoração e rememoração estão voltados não apenas para o presente, como também para o futuro, pois suas atividades podem conter funções pedagógicas para as gerações sucessoras. Estas cerimônias devem ser compreendidas como rituais dinâmicos, que podem apresentar mudanças a cada ciclo anual, pois podem refletir e reiterar tanto continuidades identitárias e de sentido, quanto mudanças e transformações nas formas como as comemorações são significadas e praticadas (PIPER, 2009).

MEMÓRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde 1974, o município de Tubarão não foi atingido por uma enchente com a mesma proporção. Inundações, em entanto, atingiram neste período as áreas rurais e mais baixas, localizadas na periferia do município, mas não chegaram ao centro e aos principais bairros da cidade. A última delas, em maio de 2010, foi noticiada nos jornais locais como um risco para o município, que poderia repetir o desastre de 1974. Vale destacar que as marcas e os monumentos anteriormente mencionados localizam-se no centro da cidade, ocupado, majoritariamente, por famílias de classe média e alta. Outras localidades, como o Morro do Caruru, onde um deslizamento provocou a morte de 25 moradores durante a enchente de 1974, não possuem nenhuma referência às vítimas ou ao desastre. Em sociedades onde as classes sociais estão espacialmente localizadas, levando bairros e localidades a serem identificados com determinada camada ou status social (VELHO, 2002), o espaço – os objetos e ações que o constituem – não pode ser considerado neutro em relação a estas hierarquias (SANTOS, 1997).

A ocorrência de um desastre, como analisa Sedrez (2013), tem reflexos sobre as políticas públicas, pois refletem “tensões sociais específicas” de um determinado tempo e espaço. No pós-desastre, os líderes políticos são impelidos a responderem sobre suas causas e consequências, devendo também apontar soluções para o futuro. Nesse sentido, a historiadora conclui que a construção da memória dos desastres e a forma como são lembrados, juntamente com suas imagens representativas, são fundamentais para a definição de políticas públicas.

Os dois primeiros monumentos construídos em Tubarão em memória à enchente foram inaugurados em 1983, em um período de disputas políticas em âmbito municipal e estadual, que estavam articuladas ao último governo do período militar do Brasil. Desde a enchente de 1974, a imprensa informava os esforços de políticos da cidade e da região sul do estado em conseguir as atenções do governo estadual e federal para a reconstrução da cidade e a construção de obras de prevenção às cheias. Pode-se observar, em algumas manchetes publicadas em período posterior à enchente, a ênfase aos nomes de políticos: “[Governador de Santa Catarina] Colombo consegue recursos para apressar reconstrução”;¹¹ “[Presidente] Geisel recebe [senador] Konder Reis e [prefeito de Tubarão] Irmoto, para saber o que Sul necessita”;¹² “Trinta dias depois, Irmoto estará com Geisel”;¹³ “Geisel dá ordem a favor do Sul”.¹⁴ Ainda que houvesse demonstrações frequentes na imprensa de que os governos Estadual e Federal estavam engajados na reconstrução da cidade, estes “esbarravam nos problemas sociais criados ou potencializados pela enchente, como no caso dos bairros mais atingidos serem os “populares”” (LOPES, 2015, p. 124).

Em outros momentos, as notícias também relatavam a espera por recursos financeiros para recuperação do município e para obras de prevenção a novas enchentes. Um exemplo é a reportagem intitulada “Tubarão ainda não dorme tranquila”. O texto afirma que, que sete anos após o desastre, a população tubaronense “teme uma possível repetição da tragédia e a indagação sobre o destino do dinheiro que teria sido enviado pelo Governo e por entidades filantrópicas”.¹⁵ A reportagem faz referência a outras reportagens publicadas pelo próprio jornal e por outros jornais locais sobre a liberação de verbas pelo governo federal e de doações em dinheiro, que são apresentadas com o subtítulo “Só promessas”. De acordo com Albeirice (1981), a prefeitura municipal teria recebido

(11) Colombo consegue recursos para apressar reconstrução. Jornal de Santa Catarina, Florianópolis, 20 abr. 1974, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(12) Geisel recebe Konder Reis e Irmoto, para saber o que Sul necessita. Jornal de Santa Catarina, Florianópolis, 14 abr. 1974, ano III, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(13) Trinta dias depois, Irmoto estará com Geisel. O Estado, Florianópolis, 24 abr. 1974, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(14) Geisel dá ordem a favor do Sul. Jornal de Santa Catarina, Florianópolis, 30 abr. 1974, ano III, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

(15) Tubarão ainda não dorme tranquila. O Estado, Florianópolis, 22 mar. 1981, Coletânea de notícias sobre a enchente de 1974 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

CR\$ 16.319.326,79, de instituições federais, estaduais e de doações anônimas, o que representaria, aproximadamente, 52305 salários mínimos (FRASSON, 2011, p. 26).¹⁶ Nas palavras de Vettoretti,

Apesar de ter recebido verbas a fundo perdido, Tubarão perdeu a grande oportunidade, o grande momento, após a enchente quando as lideranças não souberam explorar a sensibilidade que havia se declarado a favor por parte dos responsáveis do Governo Federal e Estadual (VETTORETTI, 1992, p. 244).

O autor menciona que, durante o “período dramático”, cinco ministros de Estado visitaram o município, e o então presidente Ernesto Geisel recebera o prefeito de Tubarão à época. Vettoretti cita alguns exemplos de obras que, em sua opinião, poderiam ter sido realizadas por meio da sensibilização das autoridades políticas, como construção de ponte rodoviária, asfaltamento e prolongamento de ruas, além de um projeto para ocupação de lugares mais altos da cidade (VETTORETTI, 1992, p. 244-245).

Os monumentos apresentam, dessa forma, respostas às demandas e desconfiças relacionadas ao não cumprimento das promessas feitas por líderes políticos logo após o desastre. Eles estão atrelados a outras instituições e sujeitos influentes da história do município: enquanto a Torre da Gratidão foi construída pela Igreja Católica em parceria com empresários, a monumentalização da draga flutuante marca a inauguração de uma obra do governo do presidente Figueiredo e de seus aliados políticos. As demais obras planejadas pelo DNOS nunca foram realizadas.

O monumento que marca os 30 anos da enchente, assim como as demais iniciativas, como a instituição do Dia de Memória da Catástrofe, também são frutos de esforços do governo municipal, que relembra e reforça a atuação de alguns personagens políticos, como o prefeito e o major do comando militar que controlou o município por alguns dias após a enchente. Deste modo, pode-se afirmar que estas iniciativas de construção e manutenção da memória da enchente, que são materializadas em forma de monumentos no centro da cidade, possuem vieses políticos, econômicos e sociais. Além disso, esta memória constitui o processo de construção identitária do município, e é acionada para validar ações, como obras de prevenção à enchente.

IDENTIDADE URBANA E LEGITIMAÇÃO DE NOVAS AÇÕES POLÍTICAS

O município de Tubarão “interiorizou na sua história a enchente de 1974”, como afirma Lopes (2015, p. 235). Essa relação entre a enchente e a história pode ser percebida nas obras que trazem os fatos históricos do município (como, por exemplo, VETTORETTI, 1992). Ainda de acordo com o historiador, “a manutenção da memória coletiva tem o propósito de manter a ideia de uma vitimização coletiva, quando a enchente colocou todos na condição de vítimas, e afirmar a naturalidade imputada ao desastre no passado” (LOPES, 2015, p. 237). Ao se “naturalizar” o desastre, este deixa de ser percebido como um evento complexo e multidimensional (OLIVER-SMITH, 1999).

Esta relação entre história do município e memória da enchente de 1974 também está também associada à construção de uma identidade local. Rossi aponta que os monumentos constituem “signos da vontade coletiva”, e são “pontos fixos na dinâmica urbana”, que é marcada, na modernidade, pela destruição e demolição, transformações aceleradas nas formas de uso, resultados da especulação imobiliária. Nesse sentido, a memória se apresenta como um elemento fundante do sentido de lugar na cidade, marcando a historicidade dos espaços (ROSSI, 1995). Essa importância da preservação do passado surge também como forma de manutenção da identidade (HEWISON apud HARVEY, 2001).

(16) Frasson (2011) também aponta que, além das doações em dinheiro, também foram doados alimentos, materiais de construção, máquinas, entre outros, cujos valores não foram computados neste montante.

A identidade das cidades é construída por meio da busca de elementos que as diferencie e as singularize. Deste modo, há uma “explicitação de marcas ou símbolos do lugar ocupado ou buscado, numa ânsia de particularidade que a distinga e que congreguem habitantes e turistas, cada vez mais presentes em seu cotidiano” (RECHIA, 2005, p. 57). Esta busca por uma marca identitária local pode atuar como um indutor de novos espaços de renovação urbana, por meio do qual se procuram consolidar os marcos considerados mais emblemáticos (RECHIA, 2005). A autora concorda com Fernandes (2001, p. 323 apud RECHIA, 2005, p. 58) de que pode haver um “intencionalismo no particularismo”.

Neste sentido, as memórias da enchente de 1974, interiorizadas na história do município, contribuem para a construção de uma identidade local de Tubarão, marcada pela singularidade do enfrentamento de um desastre. Na primeira década do século XXI, estas memórias são continuamente (re)construídas como legitimadoras de novas ações e demandas políticas, associadas às noções de cidade resiliente e à construção social do risco, como apontam os discursos presentes nas notícias dos jornais locais.

As preocupações com a ocorrência de uma nova enchente, como a de 1974, mantêm-se expressas nas notícias dos jornais, como nas edições de março de 2004 e de março de 2014, quando o desastre completou, respectivamente, 30 e 40 anos. Nestas edições, além das lembranças sobre as vítimas e a destruição causada pelas águas, também é noticiada a necessidade de ações de prevenção a novos desastres, principalmente por meio de posicionamento de especialistas. Na edição do jornal Diário do Sul que traz na capa os 30 anos da enchente, há reportagens sobre “chances reais de novas enchentes”¹⁷ e também “como evitar nova tragédia”.¹⁸ No Notisul, em edição da mesma data, a manchete da capa também remete ao risco de um novo desastre: “Risco de um novo desastre fica a cada dia maior”.¹⁹ No interior do mesmo jornal, as reportagens também anunciam: “Nova tragédia pode acontecer a qualquer momento”²⁰ e “Ainda há tempo para evitar novos desastres”.²¹ Nas reportagens de ambas as edições, são pontuados, por meio de falas de especialistas, os perigos da degradação ambiental, a repetição dos ciclos da natureza e ainda a necessidade de novas obras, como um novo processo de dragagem do rio Tubarão.

No aniversário de 40 anos da enchente, em 2014, a capa do Diário do Sul traz a seguinte manchete: “Há exatos 40 anos, enchente devastava Tubarão e região”, seguida do subtítulo “Ações para minimizar consequências de nova enchente existem, mas são insuficientes”.²² Em uma das colunas do jornal, é afirmado que, após a retificação e desassoreamento do rio Tubarão, concluído pelo DNOS em 1983, “nada mais foi feito”, reafirmando os perigos de uma nova catástrofe.²³ Em outro texto de um colunista, é expressa a necessidade de relembrar a enchente para evitar novos desastres: “Se lembrando todo ano a passagem da enchente já está difícil fazer obras, imagine se o passado cair no esquecimento?”.²⁴

Neste mesmo ano, a prefeitura de Tubarão recebeu certificação como Cidade Resiliente do escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres. No website da campanha,²⁵ é informado que, desde 1974, a vulnerabilidade do município a novas enchentes vêm aumentando, devido ao aumento populacional e à ocupação de áreas em risco de deslizamento e alagamento. Na mesma página, são citadas medidas de redução do risco, como redes de monitoramento, elaboração de Plano de Drenagem e Plano de Contingência, entre outras.

(17) TB: chances reais de enchente. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2004, p. 03.

(18) Como evitar nova tragédia. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2004, p. 03.

(19) Risco de um novo desastre fica a cada dia maior. Notisul, Tubarão, 24 mar. 2004.

(20) Nova tragédia pode acontecer a qualquer momento. Notisul, Tubarão, 24 mar. 2004.

(21) Ainda há tempo para evitar novos desastres. Notisul, Tubarão, 24 mar. 2004.

(22) Há exatos 40 anos, enchente devastava Tubarão e região. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2014.

(23) BARREIROS, A. 40 anos depois. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2014, p. 02

(24) MATOS, R. Não esqueçam da enchente. Diário do Sul, Tubarão, 24 mar. 2014, p. 03

(25) Pode ser visualizado em <http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/cityprofile/City%20Profile%20Of%20Tubar%C3%A3o/%3Fid%3D2493>

Por meio destes relatos de notícias, percebe-se que a memória torna-se um meio para ratificar a importância de novas demandas e projetos políticos, voltados a ações de prevenção e redução de danos em caso de ocorrência de enchentes. Esta memória da enchente de 1974 está associada à percepção de risco, entendido aqui como socialmente construído (BECK, 2010). Em uma sociedade de risco, caracterizada pela racionalidade tecnocientífica, as ameaças são pensadas como passíveis de serem calculadas e controladas por meio de intervenções técnicas (DOUGLAS, 1994; BECK, 2010). Deste modo, ainda que haja sugestões sobre mudanças nos comportamentos dos sujeitos no sentido de combater a degradação ambiental, os discursos dominantes ressaltam a necessidade de novas obras e intervenções como meios de gerenciar os riscos de uma nova catástrofe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas aqui apresentadas não devem ser consideradas como as únicas políticas de memória da enchente de 1974 existentes no município de Tubarão. Também se deve ponderar que monumentos e referenciais podem ter leituras divergentes das pretendidas por seus produtores, apontando para outras possíveis construções e ressignificações da memória do desastre.

A construção social do espaço urbano envolve a construção de referenciais e identidades. A memória, objetivada em monumentos e (re)produzida em ações, como as previstas no Dia de Memória da Catástrofe, apresenta-se como um elemento chave nesta construção, revelando o quê e como deve ser lembrado. Ao mesmo tempo, esta construção – compreendida na pesquisa aqui apresentada, majoritariamente, como iniciativas governamentais – legitima demandas e ações no presente e no futuro, que também participam da produção social do espaço e são (re)modeladas ao longo do tempo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBEIRICE, P. **Tubarão 74: A Catástrofe**. Tubarão: Dehon, 1981. 107 p.
- ASSUNÇÃO, V. K. de. Enchente de 1974 como drama social: relações entre percepção de risco, conflito e gentrificação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 195-212, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr. 2017.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 367 p.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 6 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998. 484 p.
- CARGNIN, A. **Tubarão: do primeiro centenário ao fim do milênio**. Tubarão, SC: Dehon, 2000. 174 p.
- CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas. **Tubarão 50 anos**. 2016. Disponível em: <<http://cdltubarao.com.br/Livro%2050%20anos%20CDL.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. IX, n. 183, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- DANIELS, S.; COSGROVE, D. Spectacle and Text. Landscape Metaphors in Cultural Geography. In: DUNCAN, J.; LEY, D. (Org.). **Place/Culture/Representation**. Londres: Routledge, 1993. p. 57-77.
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame: essays in cultural theory**. New York: Routledge, 1994. 323 p.
- FEUERSCHUETTE, I. J. **Uma direção para a vida**. Tubarão: Reuter, 2004.
- FRASSON, M. M. **A enchente de 1974 em Tubarão-SC: a construção de um desastre natural**. 2011. 130 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.
- FREIRE, C. **Além dos mapas**. São Paulo: SESC, Annablume, 1997. 317 p.
- FREITAS, C. F. **Vivências e evidências da enchente de 1974 em Tubarão**. 2001. 34 p. Monografia (Especialização em História Local e Regional) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2001.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 349 p.
- JELIN, E. (Org.). **Las conmemoraciones**. Madrid: Siglo XXI, 2002. 254 p.
- JEUDY, H-P. Introduction à la quatrième partie. In: JEUDY, H-P. (Org.) **Patrimoines em folie**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1990. p. 249-250
- LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim: Ulissea, 1972. 173 p.
- LOPES, A. R. S. **Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)**. 2015. 383 f. Tese (Doutorado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- MACHADO, C. do C. **Tubarão 1974: Fatos e relatos da grande enchente**. Tubarão, SC: UNISUL, 2005. 203 p.
- MAUCH, C. Introduction. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural Disasters, Cultural responses: case studies toward a global environmental history**. Plymouth: Lexington Books, 2009. p. 1-16.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, v. 10, n. 7-28, dez.1993.
- OLIVER-SMITH, A. What is a Disaster. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Org.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999. p. 18-34.
- PEET, R. A Sign Taken for History: Daniel Shays Memorial in Petersham, Massachusetts. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, v.1, p. 21-43, 1996.
- PFISTER, C. **The monster swallows you**. Rachel Carson Center: Munich, 2011. 23 p.
- PIPER, I. Investigación y acción política en prácticas de memoria colectiva. In: VINYES, R. (Org.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009. p. 151-172.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RECHIA, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2005.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 308 p.
- ROWNTREE, L.B.; CONLEY, M.W. Symbolism and the Cultural Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 4, p. 459-479, 1980.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.
- SEDREZ, L. F. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória. In: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. de S. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-202.
- SILVA, H. R. da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- SMITH, G. **Planning for Post-Disaster Recovery**. Washington, DC: Island Press, 2012. 456 p.
- THEIS, L. Jeux et enjeux commémoratifs. **Le Débat**, Paris, n. 104, p. 35, mar.-abr. 1999.
- TUBARÃO. **Lei nº 3.289**, de 12 de maio de 2009. Institui o Dia Municipal de Memória da Catástrofe de 1974. 2009.
- ULLBERG, S. La mémoire de la catastrophe et des lieux. In: ZENOBI, D.; ULLBERG, S.; SILVA, T. C. **Traces: memoires et politiques des désastres en Amérique Latine**. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 17-35.
- VELHO, G. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 124 p.
- VETTORETTI, A. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão, SC: INCOPEL, 1992. 426 p.
- VIGH, H. Crisis and Chronicity. **Ethnos**, v. 73, n. 1, p. 5-24, 2008.
- WOORTMANN, E. F. Identidades e Memória entre Teuto-Brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 205-238, 2000.
- ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.